



**Pensamento araujista e a política  
externa brasileira:  
o conservadorismo alienígena**

*The Araujista paradigm and Brazilian  
foreign policy:  
the alien conservatism*

*Pensamiento araujista y la política  
exterior brasileña:  
el conservadurismo ajeno*

DOI: 10.21530/ci.v19n1.2024.1411

Enrique Carlos Natalino<sup>1</sup>

Ivan Filipe Fernandes<sup>2</sup>

Luís Fernando Baracho<sup>3</sup>

**Copyright:**

• This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

• Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



**Resumo**

O artigo examina a influência das ideias no conteúdo discursivo da política externa brasileira durante a gestão de Ernesto Araújo, primeiro chanceler de Jair Bolsonaro (2019-2021). Apresentamos duas hipóteses a serem testadas: (i) a política externa sob a chancelaria de Ernesto Araújo não se baseia na tradição conservadora brasileira; (ii) os modelos conceituais adotados têm como fundamento uma linha do conservadorismo estadunidense,

- 1 Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador no Programa Internacional de Pós-Doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. (enrique.natalino@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4271-3319>.
- 2 Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professor de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC. (ivan.fernandes@ufabc.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4236-4393>.
- 3 Doutorando em Políticas Públicas na Universidade Federal do ABC. Professor de Direito Internacional da Universidade São Judas Tadeu (SP). (luisfernando.baracho@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5253-1362>.

Artigo submetido em 20/12/2023 e aprovado em 22/08/2024.





conhecido como paleoconservadorismo. Mapeamos os conceitos mais relevantes do seu pensamento internacional em textos publicados antes de sua nomeação e mensuramos a ocorrência dos principais conceitos nos seus discursos como Chanceler.

**Palavras-chave:** Pensamento Internacional Brasileiro, Conservadorismo, Neoconservadorismo, Nacional-populismo, Jair Bolsonaro.

## Abstract

This article examines the influence of conservative ideas on Brazilian foreign policy during the administration of Ernesto Araújo, first Foreign Minister of Jair Bolsonaro's government (2019-2021). This article presents two main hypotheses: (i) the foreign policy under Ernesto Araújo is not based on the Brazilian conservative tradition; (ii) the conceptual models adopted are based on a particular type of American conservatism, known as paleoconservatism. We mapped the most relevant concepts of his international thought in texts published before his appointment and then measured the occurrence of the main concepts in his speeches as Chancellor.

**Key words:** International Brazilian Thought, Conservatism, Neoconservatism, National Populism, Jair Bolsonaro.

## Resumen

Este estudio examina la influencia de las ideas conservadoras en la política exterior brasileña durante la administración de Ernesto Araújo, en el gobierno de Jair Bolsonaro (2019-2021). Este artículo presenta dos hipótesis: (i) la política exterior bajo Ernesto Araújo no se basa en la tradición conservadora brasileña; (ii) los modelos conceptuales adoptados se basan en un tipo propio del conservadurismo estadounidense, conocido como paleoconservadurismo. Mapeamos los conceptos más relevantes de su pensamiento internacional en textos publicados antes de su nombramiento y luego medimos la ocurrencia de los conceptos principales en sus discursos como Canciller.

**Palabras clave:** Pensamiento internacional brasileño, Conservadurismo, Neoconservadurismo, Nacional-populismo, Jair Bolsonaro.





## Introdução

Este trabalho parte do pressuposto que as ideias são uma variável central na explicação de fenômenos políticos (Hall 1986; Gourevitch 1986). Entendidas como visões de mundo que guiam comportamentos e escolhas estratégicas, as ideias fornecem uma base para compreender a construção da política externa. Goldstein e Keohane (1993) sugerem que as ideias atuam como pontos de referência para a hierarquização e coordenação de interesses. Quando adotadas por atores políticos, essas ideias mobilizam símbolos, emoções e lealdades, traduzindo-se em discursos, narrativas e ações que influenciam o processo de tomada de decisão.

As ideias relacionadas à organização da economia, da segurança nacional e da política externa se cristalizam na cultura política e nos aparatos institucionais, sendo mobilizadas para a defesa e para a legitimação de escolhas (Campbell, 2002). Em um cenário de incertezas nas relações internacionais, as ideias funcionam como “mapas do caminho” (road maps), que estabelecem objetivos e direções estratégicas para as nações (Ikenberry, 1993 e 2001). Os mapas do caminho referem-se ao conjunto de reflexões que orientam a política externa e a cooperação internacional na busca por determinados objetivos (Ikenberry 1993).

Especificamente investigaremos a influência das ideias na formulação da política externa durante o governo do presidente Jair Bolsonaro e a gestão de Ernesto Araújo como chanceler (2019-2021), respondendo às seguintes perguntas: Quais foram as concepções ideológicas que sustentaram as decisões de política externa no período denominado “araujista”? Quais são os fundamentos teórico-conceituais que moldaram o discurso governamental nesse contexto?

No campo da Análise da Política Externa, diversas correntes cognitivas destacam o papel das ideias na tomada de decisão. Robert Jervis (1976) analisou como crenças e percepções dos líderes influenciam a política externa, especialmente quando modelos equivocados resultam em efeitos deletérios. No caso do Pensamento Internacional Brasileiro são examinadas as ideias de militares, diplomatas, intelectuais e políticos sobre a inserção internacional do Brasil e como moldaram a política externa ao longo de dois séculos de vida política independente (Belém Lopes 2014; Natalino 2020).

Além disso, a Psicologia Moral, por meio da Teoria dos Fundamentos da Moral (TFM) de Haidt (2012) e Graham et al. (2009), identifica a moral como universal, mas cujo conteúdo de seus fundamentos é específico a cada contexto. Haidt e Graham et al. sugerem que diferentes grupos políticos se alinham com





seis esquemas morais distintos (Cuidado/Prejuízo, Justiça/Engano, Autoridade/Subversão, Santidade/Degradação, Liberdade/Opressão), cujo conteúdo substantivo é dependente do Contexto. Liberais/progressistas focariam principalmente em justiça e cuidado, enquanto conservadores mobilizariam um espectro mais amplo de apelos morais. A TFM permite identificar os conceitos que formam o “mapa do caminho” do pensamento conservador anglo-saxão contemporâneo, particularmente em sua conexão com os movimentos da “nova direita”.

Combinando as três vertentes, podemos assumir que as ideias importam e se convertem em políticas públicas e ações por meio de grupos de interesse e partidos políticos, elaboração de programas de governo, cooptação da burocracia estatal e alocação de recursos (Gourevitch 1986) em um processo interativo de deliberação e legitimação de discursos, em conjunto com variáveis contextuais como interesses, cultura organizacional, instituições, política doméstica e estrutura internacional (Perissonoto e Stumm 2017).

A primeira hipótese (H1) que orienta este trabalho é a de que a política externa do presidente Jair Bolsonaro, em especial sob a chancelaria de Ernesto Araújo, não deita raízes na tradição conservadora da política externa brasileira (TCPEB), que remonta à construção do Estado nacional durante o Império e à condução da política externa pelo Barão do Rio Branco, na Primeira República (Cervo 2008; Ricupero 2017). Para a explorarmos, levantamos os principais temas da formação da política externa brasileira conservadora entre o Império e a Primeira República, a partir do campo do Pensamento Internacional Brasileiro.

A segunda hipótese (H2) é a de que a concepção internacional do então chanceler se embasa num alinhamento ideológico atrelado a um modelo conservador estadunidense, em especial o paleoconservadorismo, revisitado na presidência de Donald Trump (2016-2020). Para a explorarmos, buscamos identificar o repertório de temas mobilizados por Ernesto Araújo em política externa, partindo do referencial da TFM. Nesse sentido, mostramos evidências da maior aproximação de seu repertório imaginário e conceitual com as referências estadunidenses do final da Guerra Fria e revisitadas durante a administração de Donald Trump. Assim, podemos entender como o pensamento conservador brasileiro em relações internacionais que nos foi legado não correspondeu às escolhas do governo Bolsonaro em matéria de política externa, em especial na chancelaria do diplomata Ernesto Araújo.

A fim de desenvolver o argumento que baliza as hipóteses acima, recuperamos as tradições do pensamento conservador em política externa brasileira, bem como o legado positivado na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Em seguida,





analisamos como tais elementos do pensamento conservador se articulam, ou não, nas ideias que movimentam e organizam os princípios discursivos da PEB araujista. Para testar estas hipóteses, por sua vez, construímos um mapa de ideias e de conceitos mobilizados por Ernesto Araújo que destoam dos conceitos recorrentes da PEB a partir das contribuições da TFM. Essas ideias foram levantadas em duas publicações: “*Trump e o Ocidente*” (2017) e “*Por um reset conservador-liberal*” (2020). Com este mapeamento, analisamos as suas ocorrências de uso pelo ministro em seus discursos catalogados em duas publicações pela Fundação Alexandre de Gusmão (“FUNAG”), em 2019 e em 2020.

Posto isto, o trabalho se divide em cinco seções. A primeira apresenta um sumário do que se considera “conservador” no pensamento político e como isso pode ou não qualificar a política externa. A segunda seção discorre sobre a formação da tradição conservadora da política externa, enfatizando a prevalência do programa conservador sobre o liberal e sua consagração na Primeira República com o Barão de Rio Branco, e apresenta a constitucionalização da política externa em 1988, que mescla elementos do legado anterior e uma agenda progressista do projeto constitucional. Na terceira seção, analisamos o pensamento conservador e a política externa dos Estados Unidos, mostrando com brevidade as suas diferentes nuances. Na quarta, estabelecemos a estratégia metodológica. A quinta seção analisa empiricamente os resultados da análise. Na primeira parte, mostramos como o pensamento de Ernesto Araújo se relaciona com as tradições conservadoras brasileiras em política externa e com o conservadorismo norte-americano. Na segunda parte, apresentamos as evidências de como se articula o mapa mental do araujismo por meio de duas coletâneas da FUNAG. Nela, demonstramos como o araujismo está muito próximo do pensamento paleoconservador estadunidense, mesmo que com tonalidades locais. Finalmente, na última, tecemos nossas considerações finais, resumindo achados e apontado possíveis caminhos de pesquisa sobre o papel das ideias e do paleoconservadorismo na política externa da nova direita radical.

## **Conservadorismo e política externa**

Ao tratar o interesse nacional como uma construção intelectual, unidade de análise e parâmetro de ação, a política externa estabelece pilares destinados a resistir à ação do tempo. Seria extremamente inconveniente um interesse





nacional que mudasse constantemente e reorientasse bruscamente a política externa. Assim, a política externa, ancorada no “tempo diplomático” mais lento, está intrinsecamente inclinada a formar e a preservar tradições, ao invés de promover rupturas e revoluções frequentes.

Este é o desafio ao qualificar a política externa de um Estado ou de um governo em exercício como “conservadora”. Afinal, quais seriam os elementos conservadores de uma política externa, além de ideias e de ações que, de início, buscam ser mais consistentes e duradouras? Para tanto, nesta seção, buscamos apresentar o conceito político de conservadorismo em sua concepção, como é proposto pela literatura contemporânea e apontamos seus limites. Em seguida, indicamos possíveis aplicações deste conceito à noção de política externa.

O pensamento conservador tem como precursor o filósofo inglês Edmund Burke (1729-1797), que se contrapôs às ideias do iluminismo racionalista francês de inspiração rousseauiana, cujos princípios pautaram os primeiros passos da Revolução Francesa (Kirk 2001 e 2014). Na Europa continental, o pensamento conservador buscou, desde o século XVIII, enaltecer a solidez dos modelos políticos comunitários e tradicionais, com foco na ideia da soberania popular, contrapondo-os à fragilidade dos modos de vida individualistas (Scruton 2018).

O pensamento conservador, como muitas das referências teóricas e práticas da política contemporânea, tem nas revoluções ocidentais do século XVIII e no Iluminismo o seu ponto de gestação, e se posicionou como reação às mudanças imaginadas e praticadas pelas revoluções liberais, em especial a Revolução Francesa (Kirk, 2001). A Revolução Francesa não apenas inovou no modelo político — em um primeiro momento com uma monarquia constitucional e, em um segundo momento, com a república — mas também se estendeu ao campo dos costumes (laicização do Estado). É na instabilidade jacobina e na mudança dos costumes sociais que o conservadorismo encontrou solo fértil para se projetar, antecipando os perigos que seriam vislumbrados no período do Terror revolucionário (1792-1794).

Além da oposição a esta sublevação da ordem política, social e econômica estabelecida, os teóricos conservadores se voltam contra as mudanças políticas orquestradas por *‘teóricos de gabinete’* que abandonariam por princípio a experiência herdada em troca de uma fé na capacidade de reflexão racional sobre a realidade social. Do lado conservador, haveria uma priorização da prudência em lugar da aceleração da história (Kirk, 2014).





Nicolson (1939), em sua tradicional obra “Diplomacy”, dizia que a diplomacia possui um tempo próprio, mais moroso em relação à dinâmica da política interna. Na mesma linha, a obra homônima de Kissinger (1994) justifica o “tempo longo” das ações diplomáticas tendo em vista dependerem de uma sequência de compromissos e de entendimentos incrementais. Afinal, conforme o autor, a diplomacia deve ser orientada por princípios que resistam ao teste do tempo (Kissinger 2014).

O que propomos na próxima seção é explorar, sem pretensão de esgotar o tema, quais são os princípios tradicionais da diplomacia brasileira que resistiram ao teste do tempo até a redemocratização do país, em 1985, e quais são os “novos” princípios positivados na CF/88. Ao repertório tradicional, damos o nome de Tradição Conservadora da Política Externa Brasileira (TCPEB); já aos princípios referenciados no Art. 4º da CF/88, denominamos de Política Externa Brasileira Constitucional (PEBC).

## **O percurso do conservadorismo em política externa: um panorama histórico**

O surgimento do Brasil como Estado soberano e ator internacional autônomo se deu com o processo de Independência. Porém, a construção da TCPEB é indissociável da consolidação do processo de centralização política do Estado nacional brasileiro no início do II Reinado (1840-1889) (Almeida, 2013: 26). Isto porque o seu acabamento como unidade territorial, política, administrativa, econômica e social levaria mais de um século para efetivar-se. Durante a maior parte do século XIX, o pensamento político produzido pelas elites brasileiras correspondia às aspirações elementares de um país recém independente em busca de modelos de organização social, moral, política, jurídica e institucional (Faoro 2010; Weffort 2006).

Tal processo de “inculturação” ganha contornos mais claros em 1830, quando se consolidam duas vertentes políticas: o liberalismo e o conservadorismo. Enquanto os liberais buscavam uma inspiração em ideias cosmopolitas, universalistas e moralistas, lastreadas no Iluminismo e na Revolução Francesa, os conservadores se embasavam numa leitura realista e pragmática dos fatos, orientados pela moderação e experiência, dentro do sentido de preservação e reformas incrementais proposto por Edmund Burke (Lynch, 2017).





A política exterior do começo do Segundo Reinado (1840-1889) corresponde aos esforços de estabelecimento da ordem sobre o caos dos movimentos de fragmentação, de centralização político-administrativa do Estado e de consolidação da unidade nacional. Abriu-se a oportunidade de reorganização da política externa a partir de bases mais realistas. Um dos principais teóricos da corrente conservadora, Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai, liderou o Ministério dos Negócios Estrangeiros em três ocasiões (1843-1844, 1849-1852 e 1852-1853). Os pontos centrais de seu pensamento em política externa eram a defesa pragmática do interesse nacional e a ampliação das margens de autonomia externa (Cervo e Bueno 2014; Ricupero 2017).

É importante destacar que havia nuances entre os programas de política externa dos liberais e dos conservadores, conforme Martinez (2011) e Ricupero (2000). A clivagem se concentrava nos seguintes temas: (i) abertura comercial; (ii) relações com a Grã-Bretanha; (iii) política regional. No primeiro, os liberais eram mais propensos a acordos comerciais, enquanto os conservadores inclinavam-se mais para medidas protecionistas. No segundo, os liberais eram mais favoráveis à aproximação com a Inglaterra, enquanto os conservadores adotaram uma postura mais autonomista. No terceiro, os liberais eram mais favoráveis à intervenção nos países vizinhos, enquanto os conservadores eram mais cautelosos com esse tipo de ação.

A primeira década republicana, diante da ascensão dos Estados Unidos, viu emergir novos temas, como o pan-americanismo e suas críticas (Cervo e Bueno 2014). A linha de ação que se consolidaria no Itamaraty foi influenciada pela proeminência de José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco), nomeado ministro em 1902, que estabeleceu o pensamento conservador na política externa da Primeira República. (Cervo 2014). Rio Branco representou a possibilidade de conectar a diplomacia republicana às ideias, ações e diretrizes da política externa imperial (Cervo 2014; Ricupero 2017).

Com a morte de José Maria da Silva Paranhos Júnior, em 1912, o “mito do Barão” tornou-se um elemento de coesão para salvaguardar a coesão interna e a autonomia institucional do Ministério nas décadas seguintes. Com isso consolida-se o eixo do pensamento conservador em política externa, baseado em premissas como: (i) a ampliação da autonomia possível na política exterior; (iii) o pragmatismo na condução da diplomacia (Almeida 2013).







## ***PEB constitucional: legado e progresso positivados***

A abertura política e a redemocratização, em 1985, após duas décadas de governo militar, abriram novas perspectivas para a inserção internacional brasileira. Um dos marcos da redemocratização brasileira foi a promulgação da CF/88 que, pela primeira vez, trouxe a positivação dos princípios das relações internacionais brasileiras, em seu Art. 4º (Belém Lopes, 2017: 26-27).

O pragmatismo, elemento caro à TCPEB, condicionou novos paradigmas diplomáticos como a Equidistância Pragmática (Getúlio Vargas), a Política Externa Independente (Jânio Quadros e João Goulart) e o Pragmatismo Ecumênico e Responsável (Regime Militar). Tancredo Neves afirmou que, apesar da mudança de regime, a linha universalista e independentista da política externa conduzida pelo Itamaraty deveria ser preservada (Ricupero, 2017). Neste diapasão, o Artigo 4º representou tanto a preservação da TCPEB (e.g., independência nacional, não intervenção e igualdade entre os Estados), os paradigmas posteriores (e.g., integração latino americana) e a agenda progressista do projeto constitucional (e.g., prevalência dos direitos humanos). Desta maneira a dinâmica da diplomacia da Nova República passa, então, a ser justificada pelo texto constitucional (Lafer 2005; Pinheiro e Mello e Silva 1998).

## **O pensamento conservador contemporâneo e a política externa dos Estados Unidos**

O pensamento conservador burkeano é anglo-saxão. O bastão do conservadorismo passou no século XX dos britânicos para os estadunidenses. O antagonismo mundial encontrava-se agora nos polos opostos da Guerra Fria, entre Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ao lado do anticomunismo, que não é uma agenda exclusiva do conservadorismo nos Estados Unidos, houve um processo de fusão com outros temas, cuja predominância torna-se variável, com foco na agenda social e de valores (e.g., política contra o aborto, contra o casamento homossexual, contra o fluxo de imigrantes não-europeus *etc.*) e na agenda de controle fiscal para a contenção do Estado de bem-estar social (Frohen 2006).

O conservadorismo estadunidense foi, ao longo do tempo, mais um ponto de encontro de oposição a uma agenda externa (combate ao comunismo) e interna





(combate à permissão do aborto ou controle dos gastos sociais), oferecendo uma narrativa a posições políticas concretas, do que um conjunto de obras teóricas coesas (Bianchi, 2015). Isso explica a diversidade de rótulos e de cismas internos, como os subgrupos dos “neoconservadores”, dos “paleoconservadores”, dos “tradicionalistas”, dos “libertários”, “*Tea Party*” etc. Pensadores conservadores como William Buckley Jr., Pat Buchanan, Frank Meyer e Russel Kirk mostram tantas nuances e variáveis em seu pensamento que é mais fácil identificar o que os separa do que aquilo que os une (Gottfried 2006).

Como parte da camada social sobre a qual o conservadorismo americano se firmou e se projetou para além das fronteiras americanas, estava o movimento cristão evangélico reformado. Esse movimento contribuiu, de alguma forma, para a adesão e a formatação a algumas das agendas sociais do conservadorismo estadunidense, especialmente no que diz respeito à agenda social, seja contestando a influência do pensamento científico entre o fim do século XIX e começo do século XX, seja explorando a perda da primazia da comunidade sobre serviços públicos como educação e saúde a partir da Primeira Guerra Mundial (Cromartie 2006).

A expansão das novas comunidades evangélicas sobre as tradicionais (e.g., presbiterianos, luteranos e calvinistas), já evidente na década de 1970, se mostrou presente na política americana nos anos 1980 (Ronald Reagan), dos anos 1990 (George H. Bush) e dos anos 2000 (George W. Bush) (Cromartie, 2006). Na perspectiva de Vaise (2010), os neoconservadores norte-americanos sofreram mudanças de pauta e de grupos de adesão ao longo de meio século, mas chegaram no ápice de sua influência política nos dois mandatos de George W. Bush (2001-2009). O autor aponta os seguintes elementos constituintes da sua política externa: (i) a democratização dos regimes políticos em escala global; (ii) o direito de intervenção para a promoção da democracia; (iii) a securitização da agenda global via luta contra o terror. Nota-se, portanto, um viés idealista e universalista, que exigiria dos Estados Unidos um papel de protagonista. Tais elementos vão ao encontro dos quatro temas recorrentes apontados por Poggio (2007): (i) internacionalismo não-institucional; (ii) unilateralismo; (iii) promoção da democracia; (iv) intervenção militar.

Os paleoconservadores, por sua vez, buscam preservar e promover valores culturais e sociais duradouros do Ocidente, assim como uma política externa mais paroquial e isolacionista. Ainda que a filosofia paleoconservadora alcance, em sua base, pensadores como Edmund Burke, ao enaltecer as instituições tradicionais e a continuidade cultural, ela bebe de fontes mais recentes da primeira metade do





século XX, como Oswald Spengler e T.S. Eliot. O primeiro, por alertar a respeito das ameaças aos valores ocidentais em sua obra “*O Declínio do Ocidente*”, de 1918. O segundo, em sua obra como crítico literário, “*Notas para uma definição de cultura*”, de 1944, destacou a importância da religião e da cultura tradicional para a coesão social (Gottfried, 1993).

A eleição de Donald Trump permitiu a saída do paleoconservadorismo das margens da política americana, não obstante Trump nunca tenha usado essa expressão em seus discursos ou postagens (Kolozi 2017). Em política internacional, o paleoconservadorismo mobiliza os seguintes argumentos para formar sua cosmovisão: (i) crítica ao livre comércio; (ii) crítica às empresas transnacionais; (iii) crítica às elites cosmopolitas; (iv) internacionalização da “guerra cultural” na defesa da tradição judaico-cristã; (v) crítica ao multilateralismo; e (vi) crítica à ordem mundial liberal (Kolozi, 2017). Como pontuou Thompson (2017), apesar da ausência de um consenso acerca dessa corrente de pensamento, é possível afirmar que o paleoconservadorismo se ancora na defesa dos valores tradicionais da sociedade, na crítica ao centralismo de poder na União e em um nacionalismo não-intervencionista e que repele as influências externas.

Fora do quadrante anglo-saxão, aquilo que se entende por paleoconservadorismo é chamado de “reacionário” por Coutinho (2014), Lilla (2018) e Teitelbaum (2020). Para o autor português, o termo denota uma posição política distinta e carregada de nostalgia pelo passado, crítica à modernidade e ao desejo de restaurar uma ordem percebida como perdida. Ele diferencia claramente essa postura do “conservadorismo tradicional”, alinhado com Burke, que busca preservar e adaptar instituições existentes de forma gradual e pragmática. Defendemos, contudo, a expressão paleoconservadora como a mais apropriada ao indicarmos uma aproximação consciente do araujismo com esse modelo anglo-saxão.

## Metodologia

Para observar os elementos centrais do discurso do araujismo na política externa brasileira e contrapô-los à herança conservadora, brasileira e americana, optamos por analisar os recursos lexicais dos principais textos que compõem o conjunto de ideias que dão corpo ao seu pensamento, assim como a produção discursiva durante seu mandato.





Em termos de suporte teórico para nossa abordagem metodológica, nos baseamos em Titscher et al. (2000), que ao discorrerem sobre as técnicas de análise de discurso, apontam para os meios em que não se utilizam de softwares, entre as quais destacamos duas: (i) mapa de conceitos; (ii) tabelas de frequência. Os mapas de conceito são uma forma de organizar palavras e temas relacionais, sendo úteis para identificar relações entre palavras e temas, servindo de referência para a contabilização da frequência. Já as tabelas de frequência servem para registrar a ocorrência de cada palavra de interesse. Esse método facilita a visualização de frequências e padrões empíricos nos discursos (Titscher et al., 2000).

Para a realização da análise do material intelectual desenvolvido por Ernesto Araújo, observamos, em primeiro lugar, os conceitos principais do que denominamos como pensamento araujista a partir da análise de seu artigo “*Trump e o Ocidente*”, publicado na revista *Cadernos de Política Exterior*, em setembro de 2017, e do artigo “*Por um reset conservador-liberal*”, publicado em seu blog *Metapolítica*, em 2020. Ambos permitem compreender o conjunto de valores e ideias que compõem a sua concepção prévia de política externa. Definimos os conceitos constitutivos do araujismo a partir do distriçamento dos elementos argumentativos propostos em cada texto. Com a análise destes dois trabalhos, pretendemos construir o *mapa do caminho* do araujismo e definir uma lista lexical que compõe os principais elementos conceituais do que é a política externa araujista, qualificada pelo próprio ex-chanceler como conservadora (Quadro 1). É importante frisar que o léxico obtido a partir dos textos de Ernesto Araújo compõe o conteúdo conceitual do araujismo.

Além do modelo proposto do que definimos como araujismo, também realizamos um levantamento dos modelos conceituais da política externa brasileira acima referenciados: a tradição conservadora da política externa brasileira (TCPEB) e a política externa brasileira constitucional (PEBC). Posto isto, temos parâmetros comparativos para verificar os elementos discursivos mais recorrentes do araujismo e se há afinidade entre estes outros dois *corpus* de ideias, o que permitirá explorar as hipóteses 1 e 2 apresentadas na introdução do texto.

Para a TCPEB, valendo-nos de Cervo (2008) e de Ricupero (2017), propomos os seguintes conceitos: (i) autonomia; (ii) interesse nacional; (iii) pragmatismo. Cervo classifica a diplomacia brasileira de 1810 a 1930 como pertencendo ao paradigma liberal-conservador, com maior ou menor ênfase no livre-comércio favorecedor da agroexportação (liberalismo econômico), e resguardando os modelos sociais





herdados da colonização com mudanças incrementais (conservadorismo social). Já Ricupero não organiza a sua leitura da PEB a partir de paradigmas, mas reconhece no período no qual inserimos a TCPEB, a presença dos conceitos apontados (2017: 109, 148 e 160). Tais conceitos eram instrumentos retóricos utilizados sobre os temas mais relevantes à política externa imperial e à diplomacia da Primeira República: (i) reconhecimento da independência; (ii) acordos comerciais; (iii) delimitação e demarcação das fronteiras; (iv) agroexportação; (v) mão de obra; (vi) crédito.

Para a PEBC, organizamos os conceitos que articulariam as diretrizes constitucionais de nossa política externa, da forma como estabelecido no artigo 4º da CF/88. Para tanto, propomos os seguintes conceitos: (i) Multilateralismo; (ii) Direitos Humanos; (iii) Integração Regional; (iv) Universalismo. Logo, haveria uma direção constitucional à diplomacia brasileira a partir desse marco da Nova República.

Em um segundo momento, após a definição conceitual dos elementos centrais do pensamento araujista em política externa, recorreremos a uma análise empírica da frequência de mobilização destes conceitos ao longo de seus dois anos à frente do MRE e analisamos a sua prevalência em relação ao conservadorismo tradicional na PEB, assim como aos elementos constitucionais previstos para a sua condução.

A base para a análise da produção discursiva do chanceler são as duas coletâneas de alocuções, artigos, entrevistas e discursos do ex-ministro publicados pela FUNAG: (i) *A Nova Política Externa Brasileira* (2019); (ii) *Política Externa: Democracia, Soberania e Liberdade* (2020). Ambas as obras trazem um total de 120 participações do ex-chanceler.

Podemos identificar a frequência do uso dos conceitos mobilizados pelos três modelos de Política Externa Brasileira explorados nesse estudo e os comparamos: (i) a política externa araujista; (ii) a tradição conservadora (TCPEB); (iii) e a PEB constitucional (PEBC). Partimos do suposto de que a produção discursiva do chanceler possui os conceitos e os princípios fundamentais que articulam sua concepção de mundo de modo mais livre do que as próprias ações do Ministério, uma vez que estas últimas são moldadas pelas forças políticas, interesses e estruturas internas e externas que afetam a tomada de decisão em política externa.

Para identificarmos o uso dos conceitos, nos valem da quantificação das recorrências dos conceitos de cada modelo de política externa nas 120 participações





do ex-chanceler. A compilação destas frequências foi feita por meio da busca dos termos nos *corpus* textuais. Usamos o sistema de busca de palavras que os documentos em formato eletrônico disponibilizam e indicamos o número de recorrências dos termos para cada modelo de PEB (Tabelas 1 e 2).

## Resultados

### *O Mapa do Caminho do Araujismo: um conservadorismo alienígena*

Jair Bolsonaro foi eleito presidente nas eleições presidenciais de 2018. Candidato *outsider*, ascendeu à chefia do Poder Executivo no bojo da rejeição aos partidos tradicionais e com as promessas de combate à corrupção, às práticas clientelistas e às políticas públicas classificadas como de esquerda (Avelar 2023). A concepção internacionalista do presidente eleito se tornou mais definida com a escolha do novo chanceler, o diplomata Ernesto Araújo, e do assessor internacional da Presidência, Filipe Martins. Ambos possuíam visões de mundo que destoavam tanto das diretrizes constitucionais (i.e., o universalismo, integração regional e multilateralismo) quanto da tradição conservadora da política externa nacional (pragmatismo, interesse nacional e autonomia). Os desdobramentos das novas ideias se fizeram sentir com declarações polêmicas do presidente e de seu então chanceler sobre temas como meio ambiente, direitos humanos e segurança hemisférica (Casarões e Farias 2021).

Em um primeiro momento, o conjunto de temas e de conceitos mobilizados na análise do pensamento araujista, mais do que as ações efetivamente tomadas em política externa, se apresentam em uma linha convergente com o conceito de populismo apresentado por Mudde (2004), para quem o recrudescimento das democracias liberais marcaria um “zeitgeist populista”.

No artigo “*Trump e o Ocidente*” podemos identificar elementos que vão além dos programas populistas da direita radical contemporânea. Ernesto Araújo atribui ao então presidente estadunidense Donald Trump uma perspectiva que não estaria baseada na economia de mercado e na democracia liberal (Araújo 2017). Nesse artigo, Araújo busca atribuir ao então presidente estadunidense Donald Trump a percepção de que o Ocidente, a despeito de seus confortos materiais, estaria diante de sua decomposição axiológica por forças exógenas (e.g. o





islamismo) e endógenas (e.g., o marxismo cultural globalista). Para tanto, o sistema internacional deveria resgatar a componente da “cooperação entre soberanias” (i.e., o “pan-nacionalismo”) em detrimento da “cooperação supranacional” e da “governança global”. Assim, o sistema “pan-nacional” retomaria o sentido das nações como unidades axiológicas independentes, afastando construções vazias como o multiculturalismo e o universalismo. O seu posicionamento é contrário à globalização política e à ordem internacional liberal, realçando princípios nacionais e comunitários e de defesa de uma ordem espiritual judaico-cristã.

Pelo segundo texto, “*Por um reset conservador/liberal*”, Ernesto Araújo apresentou o seu léxico conservador-liberal, em parte presente no artigo anterior. Tais conceitos formariam “*um grande arco de ideologias, programas, práticas, grupos de interesse, correntes de pensamento, associações e atitudes contrárias àquelas liberdade e dignidade*” (Araujo, 2020, p. 699), cujas ideias-força foram mobilizadas ao longo de todo seu mandato. Uma característica que se destaca do pensamento de Ernesto Araújo é a forma como articula tais conceitos a partir das referências dos seus opositores imaginados: a ordem liberal cosmopolita e transnacional e o marxismo político e cultural.

O Quadro 1 apresenta os conceitos do que ele mobiliza no artigo publicado em seu blog *Metapolítica*, o que denominamos de “Mapa do Caminho” do araujismo e o associamos ao paleoconservadorismo norteamericano. Para tanto, organizamos vinte e um conceitos em seis grandes temas. Propomos esta organização conceitual a partir do distriçamento dos elementos argumentativos propostos, pois os conceitos apontados por Araújo não são de todo unidades conceituais independentes, na medida em que se articulam por zonas de aproximação. Sendo assim, definimos, a partir da análise de conteúdo do texto, os seis grandes temas que abrigam os conceitos elencados pelo ex-chanceler: (i) mapa de valores; (ii) estado policial; (iii) marxismos; (iv) difusores de valores; (v) ordem internacional; (vi) temas transnacionais.





**Quadro 1. Mapa do Caminho do pensamento araujista segundo o próprio Ernesto Araújo e comparação com o paleoconservadorismo americano**

<b>Grandes Temas do Araujismo</b>	<b>Conceitos específicos do araujismo</b>	<b>Elemento presente no paleoconservadorismo americano</b>
Mapa de Valores	Ideologia de gênero; Abortismo; Transumanismo; Anticristianismo; Cristofobia; Racialismo; Sistema intelectual politicamente correto	Sim
Ordem internacional	Multilateralismo Antinacional; Globalismo	Sim
Temas transnacionais	Climatismo / Ambientalismo Covidismo	Sim
Marxismo(s)	Narcossocialismo; Marxismo de Mercado;	Sim
Difusores de valores	Elitismo transnacional; Grande Mídia; Megabilionários e Trilionários	Sim
Estado Policial	Corrupção; Bandidagem; Terrorismo	Não

Fonte: elaboração própria.

O mapa de valores é o conjunto de temas sociais que denotam ameaças às bases axiológicas do Ocidente imaginado na concepção ideológica do ex-chanceler (e.g., religiosidade, proteção à vida, liberdade de expressão e estabilidade de gênero) e que representam uma aproximação forte com a coluna vertebral do paleoconservadorismo norte-americano. Há no seu discurso a retomada de valores de defesa do Ocidente, do qual o Brasil seria herdeiro e membro, em tons espirituais contra ameaças de origens externas e internas. Há uma crítica às novas elites cosmopolitas e transnacionais, à ordem internacional liberal e ao multilateralismo, assim como às pretensas ameaças internas às nações ocidentais por parte da guerra cultural promovida pelos ideólogos progressistas.

A ordem internacional é composta pelos conceitos que articulam o sistema internacional contemporâneo em suas facetas que ameaçam a soberania nacional e a autodeterminação axiológica das nações. Os temas transnacionais são as questões de preocupação global cuja gestão se colocaria além do alcance do Estado Nacional, de forma a enfraquecê-lo.

O tema dos marxismos, por seu turno, reflete o conjunto de correntes de pensamento crítico associado ao modelo marxista, em todas as suas vertentes, sendo identificado pelo autor nos dois textos analisados como uma das principais plataformas das ameaças axiológicas ao Ocidente. A ênfase dada por Araújo







no antagonismo a essas correntes de pensamento nos pareceu justificar a sua posição como um tema próprio. Os difusores de valores são os vetores sociais por meio dos quais as ameaças axiológicas são promovidas à sociedade nacional e à sociedade global, ou seja, os canais de transmissão das ameaças representados pelas elites intelectuais e globalizadas e pela grande mídia.

Como é possível se notar, todos os grandes temas denotam ameaças aos valores (e.g., religiosidade, vida, estabilidade de gênero e Império da Lei), às instituições (e.g., Estado-Nação) ou aos instrumentos de tais ameaças (e.g, elites, a grande mídia e o globalismo), em uma relação dicotômica parecida com a construção da TFM, mesmo sem se externar aquilo que se protege.

Por fim, o estado policial aloca os elementos conceituais que retratam ameaças à segurança pública interna e internacional, seja em relação à garantia do império da lei e/ou à lisura da administração pública, trazendo uma tonalidade local ao pensamento de Araújo. As questões de segurança pública e de corrupção são temas caros aos movimentos de direita, tradicional e radical, no Brasil e em toda América Latina.

### ***O conteúdo lexical do araujismo – a importação do paleoconservadorismo americano***

Após a definição do léxico central do que é o araujismo e sua afinidade com uma concepção alienígena de política externa, afastada daquilo que tradicionalmente fora definido como a postura conservadora internacional do Brasil, iremos analisar a prevalência dos diferentes elementos conceituais operados na política externa brasileira durante a gestão de Ernesto Araújo. Assim, apresentamos a prevalência lexical dos conceitos centrais do araujismo, da tradição conservadora da política externa brasileira e dos elementos constitucionais que enquadram a ação internacional do país.

Na Tabela 1, apresentamos os elementos lexicais conceituais do araujismo na política externa do período. Os oito conceitos mais mobilizados com mais de dez inserções foram: crime organizado (290), valores cristãos/valores judaico-cristãos (176), marxismo(s) (97), politicamente correto (47), globalismo (42), ideologia de gênero (13), grande mídia/grande imprensa (11) e elite transnacional. Os outros conceitos foram menos relevantes, tendo uma prevalência inferior a dez citações nas duas coletâneas, como, por exemplo, intolerância religiosa, racialismo etc. Curiosamente (e contrário às expectativas iniciais), há uma





menor prevalência do uso de conceitos relacionados à temática ambiental, como *climatismo* e *ambientalismo*.

Apontamos dois elementos relevantes para se compreender a estrutura do pensamento araujista. Das 806 ocorrências conceituais levantadas, cerca de 36% referem-se à temática da segurança pública e do combate à corrupção, dando uma conotação latino americana à abordagem araujista que é menos prevalente nos próceres do paleoconservadorismo anglo-saxão. Por outro lado, cerca de 22% das inserções conceituais referem-se aos valores cristãos e/ou judaico-cristãos da sociedade brasileira, o que aponta para o núcleo duro do pensamento paleoconservador, assim como a crítica ao marxismo (12%), multilateralismo (12%), politicamente correto (6%) e globalismo (5%), que somados ocupam mais de metade (56,8%) do conteúdo conceitual do araujismo.

Em resumo, os dados evidenciam que o pensamento araujista se distingue pelo seu enfoque na segurança pública e no combate à corrupção, características que lhe conferem uma particularidade latino-americana em comparação com o paleoconservadorismo anglo-saxão. Além disso, a ênfase nos valores cristãos e judaico-cristãos, juntamente com a crítica ao marxismo, multilateralismo, politicamente correto e globalismo, reflete um núcleo duro de ideias que alinha o araujismo com o pensamento paleoconservador mais amplo, ocupando mais da metade do seu conteúdo conceitual.



**Tabela 1. Prevalência dos conceitos principais do araujismo**

<i>Conceitos principais</i>	<i>NOVA PEX<sup>1</sup></i> <i>(2019)</i>	<i>PEX SDL<sup>2</sup></i> <i>(2020)</i>	<i>TOTAL</i>
Crime Organizado*	82	208	290
Valores Cristãos / Judaico-Cristãos	84	92	176
Marxismo**	47	50	97
Multilateralismo Antinacional	32	64	96
Politicamente Correto	19	28	47
Globalismo	35	7	42
Ideologia de Gênero***	9	4	13
Grande Mídia   Grande Imprensa	3	8	11
Elite Transnacional	6	5	11
Climatismo Ambientalismo	4	4	8
Intolerância Religiosa   Cristofobia	2	5	7
Racialismo	3	2	5
Covidismo	0	2	2
Megabilionários   Trilionário	0	1	1
Abortismo	0	0	0

<sup>1</sup> Discursos compilados em *A Nova Política Externa Brasileira (2019)*.

<sup>2</sup> *Política Externa: Democracia, Soberania e Liberdade (2020)*

*Descritores utilizados:*

\* *Corrupção | Narcotráfico | Crime Organizado | Terrorismo*

\*\* *Marxismo Cultural | Marxismo | Marxismo de Mercado | Socialismo | Comunismo*

\*\*\* *Ideologia de Gênero | Identidade de Gênero | Questão de Gênero*

Observação: análise da frequência de recorrência dos conceitos mobilizados por Ernesto Araújo em seus discursos como chanceler.

Fonte: elaboração própria

No mesmo sentido, apresentamos, na Tabela 2, os grandes eixos temáticos do araujismo em comparação com a presença de termos relacionados à tradição conservadora ou constitucional da política externa brasileira. Fica evidente o maior peso dos termos desenvolvidos na sua recepção do paleoconservadorismo americano do que dos termos que constituem os elementos tradicionais do pensamento conservador brasileiro em política externa. Em ordem decrescente, a prevalência de inserções foi: (i) Estado Policial (290); (ii) Mapa de Valores (243); (iii) Ordem Internacional (138); (iv) Marxismo(s) (97); (v) Difusores de Valores (33); (vi) Temas Transnacionais (10). A prevalência dos elementos da tradição conservadora são em um número efetivamente menor: Pragmatismo (39), Interesse Nacional (12) e Autonomia (10), assim como a prevalência dos





conceitos da política externa constitucional, cujos conceitos foram mobilizados na seguinte ordem decrescente de inserções: Multilateralismo (96), Direitos Humanos (93), Integração Regional (56) e Universalismo (22).

Araújo se vale dos conceitos próximos da “*guerra cultural*” do paleoconservadorismo estadunidense, dadas as referências ao Mapa de Valores, à Ordem Internacional e ao Marxismo(s), com 511 inserções; por outro lado, a mobilização de conceitos da TCPEB, com apenas 61 inserções, foi muito baixa. O araujismo ocupa  $\frac{3}{4}$  da produção discursiva do ex-chanceler, enquanto que os eixos concernentes aos temas constitucionalizados da política externa brasileira ocupam  $\frac{1}{5}$  da mesma. Chama a atenção o fato de que o repertório dos conceitos conservadores mínimos, oriundos da TCPEBta, ocupam meros 5% do conteúdo discursivo. Há, portanto, uma efetiva importação conceitual, que, com exceção das conotações locais do eixo Estado Policial – cerca de  $\frac{1}{4}$  da produção total e  $\frac{1}{3}$  da produção conceitual araujista – remetem a temas caros ao paleoconservadorismo norte-americano..

Em síntese, os dados demonstram a predominância, no discurso araujista, dos conceitos do paleoconservadorismo americano sobre os elementos da TCPEB. Enquanto os temas relacionados ao Mapa de Valores e à Ordem Internacional são prevalentes no discurso do ex-chanceler, os conceitos tradicionais brasileiros de Pragmatismo, Interesse Nacional e Autonomia aparecem em número significativamente menor. Além disso, temas constitucionalizados da política externa brasileira, como Multilateralismo, Direitos Humanos e Integração Regional, também ocupam espaço reduzido.



**Tabela 2. Prevalência do Araujismo e das outras tradições da PEB**

	<i>NOVA PEX</i> <sup>1</sup> 2019	<i>PEX SDL</i> <sup>2</sup> 2020	<i>TOTAL</i>
Araujismo			
Estado Policial	82	208	290
Mapa de Valores	114	129	243
Ordem Internacional	67	71	138
Marxismo(s)	47	50	97
Temas Transnacionais	4	6	10
Difusores de Valores	9	14	33
Subtotal	323	478	811
TCPEB			
Pragmatismo	17	22	39
Interesse Nacional	10	2	12
Autonomia	5	5	10
Subtotal	32	29	61
PEBC			
Direitos Humanos	39	54	93
Multilateralismo	5	53	58
Integração Regional	19	37	56
Universalismo	12	10	22
Subtotal	75	154	229

<sup>1</sup> *Discursos compilados em A Nova Política Externa Brasileira (2019)*

<sup>2</sup> *Política Externa: Democracia, Soberania e Liberdade (2020)*

*Descritores utilizados:*

Observação: análise da frequência de recorrência de temas mobilizados por Ernesto Araújo em seus discursos como chanceler.

Fonte: elaboração própria

Posto isto, notamos que o conteúdo discursivo da política externa araujista não é um resgate da TCPEB. Não há prevalência conceitual dos elementos que compõem o léxico conservador e nem mesmo as bases constitucionais da PEB. Além disto, evidencia-se a prevalência lexical, no discurso araujista, das referências conceituais do paleoconservadorismo estadunidense, trazidos para o Brasil pelo próprio autor em seu artigo publicado no blog Metapolítica.

Não obstante as evidências favoráveis às hipóteses articuladas na Introdução do artigo, tais não são suficientes para explicar a mobilização de conceitos que articulam o grande tema do Estado Policial, com o maior número de inserções. Tampouco, a mobilização significativa dos conceitos de Multilateralismo e de Direitos Humanos.





É importante uma ressalva de que o tema do grande Estado Policial — que articula segurança pública, corrupção e terrorismo — é caro à realidade latino-americana e à própria ascensão política do bolsonarismo, um movimento maior, mais complexo e mais difuso que o conteúdo conceitual do araujismo. Em outras palavras, o conceito de Estado Policial indica um matiz nacional do araujismo, que não o desassocia por completo do paleoconservadorismo e o insere no contexto eleitoral brasileiro pós-2018 e em um debate mais abrangente sobre a segurança pública.

A questão da segurança, no imaginário araujista, não perpassa apenas a discussão sobre ameaças externas e a possibilidade de que elementos internos se alinhem com adversários internacionais. Ela também aborda o tema da segurança pública, uma questão saliente na realidade brasileira, assim como o narcotráfico, um fenômeno que ultrapassa as fronteiras nacionais. Ao associar os pensamentos marxistas ora com a condescendência, ora como a causa de crimes, está em alinhamento com o discurso de Jair Bolsonaro.

Em segundo lugar, a despeito da idiosincrasia da diplomacia araujista ela não consegue escapar totalmente das diretrizes constitucionais estabelecidas pela diplomacia brasileira, mesmo tentando dar-lhe novo significado. A relevância das linhas mestras da política externa constitucional, que reflete, em parte, um grau de consenso obtido a respeito dos limites mais amplos da ação internacional do Brasil no momento da redemocratização, ainda é referenciada, mesmo em uma circunstância da política externa de ruptura profunda.

Graham et al. (2009) apontaram que indivíduos com posições mais progressistas tendem a articular o seu fundamento moral principalmente sobre o eixo moral Cuidar/Machucar e, de forma acessória, nos eixos morais de Liberdade/Opressão e Justiça/Trapaça. Os demais eixos morais, Lealdade/Traição, Autoridade/Subversão e Santidade/Profanação, praticamente não surtem efeito sobre esse grupo. Por outro lado, os autores encontraram fortes evidências para sustentar que indivíduos com posições mais conservadoras tendem a articular o seu fundamento moral em todos os eixos de maneira igualmente distribuída. Todos os indivíduos que pertenceram ao universo de análise na pesquisa de Graham et al. eram americanos. Podemos aplicar os achados da TFM para compreendermos melhor o araujismo a partir de uma perspectiva cognitiva.

Os conceitos articulados no tema “Mapa de Valores”, assim como aqueles no tema “Marxismo(s)”, são basicamente ameaças a três eixos morais: Cuidado/Machucar, Autoridade/Subversão e Santidade/Profanação. O que mostra um





alinhamento com aquilo que há de mais sensível no repertório social conservador, em estudos conduzidos a partir de uma realidade social americana. Já no caso do Estado Policial, o diálogo maior estaria com a estratégia política interna de associar a esquerda com a criminalidade — ora como causa, ora como facilitadora, temática que escapa aos temas tradicionalmente articulados pelos paleoconservadores americanos.

Os temas mobilizados por Ernesto Araújo se apresentam muito mais próximos de uma realidade social e política estadunidense do que propriamente brasileira. O que denota ainda mais a sua idiossincrasia ao mobilizar conceitos morais na e para a PEB, algo que não encontra ressonância com a PEBC. Por mais que haja elementos morais ocasionalmente mobilizados (e.g., Direitos Humanos) no art. 4 da Constituição, o sentido desses é o oposto daquele proposto por Ernesto Araújo.

Os repertórios conceituais de natureza moral ou associados a ela mobilizados por Ernesto Araújo estão mais alinhados com a realidade social e política dos Estados Unidos do que com a brasileira. Isso destaca sua idiossincrasia ao usar conceitos morais que não ressoam com a PEBC. Na PEBC, embora conceitos morais como Direitos Humanos sejam ocasionalmente usados, seu sentido é oposto ao proposto por Ernesto Araújo.

## Conclusões

A política externa, uma das principais construções de um Estado, é forjada ao longo de séculos de acúmulo de experiências históricas. A base da política externa do Império (Paulino José de Souza) e da Primeira República (Barão do Rio Branco) se fez no e pelo Itamaraty. Desde sua criação, em 1822, até o alvorecer do século XXI, a instituição desempenhou o papel de memória do conservadorismo da política externa no período analisado. Dele herdamos os conceitos de pragmatismo, interesse nacional e autonomia, que embasam de forma não-escrita a política externa constitucional, que deve nortear a Nova República.

A chancelaria de Ernesto Araújo (2019-2020), durante a Presidência de Jair Bolsonaro, se auto-qualificou como de orientação ideológica conservadora. No entanto, as referências conservadoras do araujismo não tinham lastro nessa herança ideacional do Itamaraty como instituição de Estado. Não obstante tenhamos encontrado alguns elementos associados à tradição conservadora da





PEB, assim como de sua expressão constitucional legada em 1988, a prevalência conceitual é de elementos da versão paleoconservadora estadunidense, refletindo mais a importação de uma agenda em política externa do que a remodelação de tradições próprias da ação diplomática e do pensamento internacional brasileiros.

Nesse sentido, a hipótese 1 (H1), a de que a política externa de Jair Bolsonaro não encontra guarida na TCPEB, se confirma plenamente. Antes, estava muito mais vinculada ao “*mapa do caminho*” do conservadorismo estadunidense, em especial aquele articulado pelo chamado paleoconservadorismo, que ganhou mais espaço no governo de Donald Trump. Portanto, a segunda hipótese (H2), referente ao alinhamento da política externa de Bolsonaro a um modelo conservador norte-americano, especialmente na sua versão “paleoconservadora”, presentes na administração Trump, também se confirma.

As ideias do primeiro chanceler do governo Jair Bolsonaro romperam com as principais linhas do pensamento internacionalista do Itamaraty, ancoradas nas tradições conservadoras do Império e da Primeira República. Os dados indicam uma política externa focada em engajar cidadãos sensibilizados pelos eixos morais de Cuidado/Machucar, Autoridade/Subversão e Santidade/Profanação, em vez de conceitos que orientariam a prática da política externa de um país. Assim, os conceitos mobilizados pela TCPEB e pela PEBC não fazem sentido diante dessa finalidade de engajamento social.

Em nosso estudo, apresentamos a estrutura das ideias que impulsionou o discurso da PEB sob Ernesto Araújo. Pesquisas futuras devem verificar se o aparato conceitual da política externa bolsonarista durante a gestão de Araújo foi mais usada para mobilizar a opinião pública e para obter dividendos políticos internos do que para promover ações externas coerentes em defesa dos interesses nacionais. As motivações políticas por trás dessa importação conceitual e suas consequências a curto e longo prazo também precisam ser exploradas.

Além disso, é necessário investigar se o conservadorismo, auto-aplicado por Ernesto Araújo ao seu pensamento, tem respaldo nas tradições teórico-filosóficas. Também fica em aberto como a metodologia usada neste estudo pode ser aplicada a outras plataformas de mobilização discursiva, como redes sociais digitais. Por fim, é importante examinar a mobilização conceitual de outros atores relevantes da política externa desse período e verificar se outras instâncias do Itamaraty, como Embaixadas e Consulados, reproduziram os conceitos do que denominamos como araujismo.







## Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto. Pensamento diplomático brasileiro: introdução metodológica às ideias e ações de alguns dos seus representantes. In: PIMENTEL, José (org.). *Pensamento Diplomático Brasileiro: Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*. Volume I. Brasília: FUNAG, 2013. p. 15-40.
- AVELAR, Idelber. Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI. Editora Record, 2023.
- ARAÚJO, Ernesto. Por um reset conservador-liberal: artigo publicado no livro *Política externa: soberania, democracia e liberdade*. Blog Metapolítica, 31 dez. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/por-um-reset-conservador-liberal-artigo-do-ministro-ernesto-araujo-publicado-no-no-livro-politica-externa-soberania-democracia-e-liberdade>. Acesso em: 27 abr. 2022.
- BELÉM LOPES, Dawisson. Da razão de Estado ao republicanismo mitigado: uma narrativa faoriana sobre a produção da política externa brasileira. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 2, 2014, p. 481-516.
- BELÉM LOPES, Dawisson. *Política externa da Nova República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- BIANCHI, Alvaro. Buckley Jr., Kirk e o renascimento do conservadorismo nos Estados Unidos. In: Velasco e Cruz, Sebastião; Kaysel, André; Cotas, Gustavo (Orgs.) *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, 304 p.
- CAMPBELL, John L. Ideas, politics, and public policy. *Annual Review of Sociology*, v. 28, 2002, p. 21-38.
- CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão; FARIAS, Debora Barros Leal. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro. *Cambridge Review of International Affairs*, v. 35, n. 5, 2021.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Externa Brasileira*. 5. ed. Brasília: UnB, 2014.
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CROMARTIE, Michael. Puritanism. In: FROHNEN, Bruce; BEER, Jeremy; NELSON, Jeffrey O. (Org.). *American Conservatism: an encyclopedia*. 2. ed. Wilmington: ISI Books, [s.d.]. E-book Kindle.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: O Globo, 2010.
- FROHNEN, Bruce. Conservatism. In: FROHNEN, Bruce; BEER, Jeremy; NELSON, Jeffrey O. (Org.). *American Conservatism: an encyclopedia*. 2. ed. Wilmington: ISI Books, [s.d.]. E-book Kindle.





- GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert Owen. *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change*. Ithaca: Cornell University Press, 1993.
- GOTTFRIED, Paul. *The Conservative Movement*. New York: Twayne Publishers, 1993.
- GOTTFRIED, Paul. Neoconservatism e Paleoconservatism. In: FROHNEN, Bruce; BEER, Jeremy; NELSON, Jeffrey O. (Org.). *American Conservatism: an encyclopedia*. 2. ed. Wilmington: ISI Books, [s.d.]. E-book Kindle.
- GOUREVITCH, Peter. *Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1986.
- GRAHAM, Jesse; HAIDT, Jonathan; NOSEK, Brian A. Liberals and conservatives rely on different sets of moral foundations. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 96, n. 5, p. 1029–1046, 2009.
- HAIDT, Jonathan. *The Righteous Mind: Why Good People are Divided By Politics and Religion*. New York: Pantheon Books, 2012.
- HALL, Peter. *Governing the Economy: The Politics of State Intervention in Britain and France*. New York: Oxford University Press, 1986.
- IKENBERRY, John G. Historical institutionalism and foreign policy analysis: the origins of the national security council revisited. *Foreign Policy Analysis*, v. 7, n. 1, 1993, p. 27-44.
- IKENBERRY, John G. *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- JERVIS, Robert. *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1976.
- KIRK, Russell. *The Conservative Mind: From Burke to Eliot*. 7. ed. Washington, D.C.: Regnery Publishing, 2001.
- KIRK, Russell. *A política da prudência*. São Paulo: É Realizações, 2014
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.
- KISSINGER, Henry. *World Order*. New York: Penguin Books, 2014.
- KOLOZI, Peter. *Conservatives against capitalism: from the Industrial Revolution to globalization*. New York: Columbia University Press, 2017.
- LAFER, Celso. *A Internacionalização dos Direitos Humanos: Constituição, Racismo e Relações Internacionais*. São Paulo: Manole, 2005.
- LILLA, Mark. *A mente naufragada: sobre o espírito reacionário*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- LYNCH, Christian. *Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista*. Lua Nova, São Paulo, 100: 313-362, 2017.
- NATALINO, Enrique Carlos. *A Construção do Pensamento Internacionalista de Fernando Henrique Cardoso*. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte.





- NICOLSON, Harold. *Diplomacy*. London: Thornton Butterworth, 1939.
- PERISSINOTTO, Renato; STUMM, Michelli Gonçalves. A virada ideacional: quando e como ideias importam. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 64, 2017, p. 121-148.
- PINHEIRO, Leticia; MELLO E SILVA. Foreign policy and the dynamics of democratization in Brazil. *Journal of Latin American Studies*, v. 30, n. 3, 1998, p. 551-582.
- POGGIO, Carlos Gustavo Teixeira. Quatro temas fundamentais do pensamento neoconservador em política externa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 50, n. 2, p. 124-141, dez. 2007.
- RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.
- SCRUTON, Roger. *Conservatism: An Introduction to a Great Tradition*. London: All Points Books, 2018.
- TEITELBAUM, Benjamim R. *Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Editora Unicamp, 2020.
- TITSCHER, Stefan; MEYER, Michael; WODAK, Ruth; VETTER, Eva. *Methods of Text and Discourse Analysis: In Search of Meaning*. London: SAGE Publications, 2000.
- WEFFORT, Francisco. *Formação do Pensamento Político Brasileiro: Ideias e Personagens*. São Paulo: Ática, 2006.
- VAÏSSE, Justin. *Neoconservatism: The Biography of a Movement*. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

